



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 15 de maio de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Positiva	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Veículos	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Maio	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mantega	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Liderança	5
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO	
Telefonia	6
EMPRESAS	
A CRITICA	
Portas fechadas e demissões	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Portas fechadas e demissões (continuação)	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
Coordenadorias alinham ações da FIEAM e CIEAM	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
Carta condensa propostas de povos amazônicos	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	11
AMAZONAS EM TEMPO	
Indústria contará com o gás a partir de julho	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Aporte de R\$ 1,6 milhões para incubadoras no AM	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Aplicação da Lei de Acesso à Informação esbarra no despreparo de órgãos no AM	14
POLITICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Aplicação da Lei de Acesso à Informação esbarra no despreparo de órgãos no AM (continuação)	15
POLITICA	
MASKATE	
CAPA	16
MASKATE	
Governo estuda competitividade do PIM	17
POLITICA	

Positiva

Balança tem superávit na 2ª semana de maio

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,6 milhão na segunda semana de maio, segundo dados divulgados ontem pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). O saldo positivo é resultado de US\$ 5,976 bilhões em exportações contra US\$ 4,345 bilhões de importações.

Página A8

Veículos

Importados têm queda de até 70%

Vendas caem no Amazonas na esteira do fraco desempenho registrado no cenário nacional

Juliana Geraldo

Acompanhando a queda nacional de 9,2% na venda de veículos importados entre janeiro e abril deste ano, registrada pela Abeiva (Associação dos Importadores de Veículos), em Manaus, gerentes e proprietários do segmento reclamam redução de até 70% nos emplacamentos no acumulado do ano. Os maiores afetados foram os chamados importadores independentes – não vinculados às montadoras.

“O fluxo de clientes sofreu uma redução entre 10% e 12% em relação ao ano passado, mas calculamos que o fechamento de negócios tenha caído em média 70%”, avaliou o diretor comercial da importadora Zen, Jamil Derzi.

Já o proprietário da Fórmula Import, Cristiano Lima, que importava em média dois carros por pedido, conta que desde setembro do ano passado parou de renovar o estoque. “Eu trazia dez carros por ano. Já estamos em maio e eu não trouxe nenhum até agora.

A busca cessou”, queixou-se.

A medida do governo que aumentou em 30 pontos percentuais a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos importados, em vigor desde dezembro do ano anterior, encabeçou a lista de fatores que teriam prejudicado as vendas no período.

Para Cristiano Lima, o aumento do IPI causa mais efeito do que quer fazer parecer o governo. “Na prática se pagava 25% de imposto e agora estamos pagando 55% isso quer dizer que houve uma duplicação da cobrança. Um cliente que comprava um carro por R\$ 240 mil, passou a pagar R\$ 310 mil. É uma diferença considerável”, exemplificou o empresário.

Ele diz ainda que a Abeiva só considera os importadores ligados a montadoras. “Se houvesse uma pesquisa sobre os importadores independentes, iríamos verificar que a situação está bem pior”, apontou.

Embora com uma pequena vantagem, os revendedores de carros importados vindos das montadoras também amarga-



Crédito restrito para financiamentos é um dos problemas que afetam o desempenho nas vendas dos veículos importados, segundo lojistas

ram queda.

“O problema é o crédito restrito. Agora que os juros do banco baixaram, pode ser que o setor ganhe fôlego, mas até o momento a redução variou entre 20% até 30% nesses quatro primeiros meses”, estimou o gerente de vendas da Pole Position – revendedora das marcas Hyundai e da chinesa Ssang Yong-, Vivaldo Santos.

Outros fatores

O tratamento burocrático intensificado pela Receita Federal também foi citado por Jamil Derzi como um dos principais entraves. O vice-presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota, concorda.

“Com a instabilidade do momento, observou-se um menor ritmo de aprovação de importados por parte da Receita Federal, justificado, sobretudo, pela falta de inspetores, uma das reclamações que pode provocar a greve da categoria”, explanou.

A subida da cotação do dólar e a dificuldade de crédito também ajudou a afugentar os compradores, de acordo com o economista.

“Mesmo em menor grau em relação ao consumidor de carros nacionais, quem quis adquirir um veículo de fora do país a prazo sentiu a redução

Números

BRASIL

Com 11.917 unidades, a venda de veículos importados em abril caiu 28,1% em relação a abril do ano passado, 12,8% na comparação com março deste ano e 9,2% no acumulado do ano, com 47.380 unidades.

do parcelamento de 60 vezes para 48 vezes e a entrada mínima de 20% exigida pelos bancos”, detalhou.

Aderson Frota citou ainda, a dificuldade de assistência técnica e aquisição de peças que somada ao alto valor do produto afastou os consumidores, mesmo os pertencentes

às classes A e B.

No final da tarde de ontem, a Abeiva divulgou em nota, que o governo federal deve anunciar, ainda este mês, uma medida que prevê um sistema de cotas isentas do adicional de IPI. O objetivo é aliviar o impacto do aumento do imposto aos importadores.

Maio

Exportações superam importações em R\$ 1,6 mi

Vendas externas melhoraram em razão do bom desempenho dos produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados, conforme dados do Mdic

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,6 milhão na segunda semana de maio, segundo dados divulgados ontem pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). O saldo positivo é resultado de US\$ 5,976 bilhões em exportações contra US\$ 4,345 bilhões de importações.

No mês, a média diária de embarques externos ficou em US\$ 1,195 bilhão. Nas compras internas, a média diária ficou em US\$ 1,216 bilhão. Quando

comparados ao mesmo período do ano anterior, os embarques externos aumentaram 15,2% e as importações, 5,3%. No acu-

Do lado das importações, aumentaram os gastos, principalmente, com farmacêuticos (+47,8%)

mulado do ano, as exportações somam US\$ 84,371 bilhões e as importações, US\$ 78,862 bilhões, com o saldo superavitário

em US\$ 5,509 bilhões.

As exportações melhoraram em razão do bom desempenho das três categorias de produtos:

básicos (+22,5%), manufaturados (+9,6%) e semimanufaturados (+1,4%). No comércio internacional de básicos, os destaques são algodão em bruto, minério de cobre, soja em grão, carne bovina,

suína e de frango, fumo em folhas, farelo de soja e petróleo. Também houve acréscimo nos embarques de manufaturados,

como suco de laranja, automóveis, açúcar refinado, veículos de carga, óleos combustíveis, polímeros plásticos e laminados planos.

Do lado das importações, aumentaram os gastos, principalmente, com farmacêuticos (+47,8%), siderúrgicos (+18,2%), veículos automotivos e partes (+13,0%), aparelhos eletroeletrônicos (+9,1%), equipamentos mecânicos (+7,8%), instrumentos de ótica e precisão (+5,7%) e químicos orgânicos/inorgânicos (+5,4%), no comparativo com 2011.

Mantega

'Governo não vai intervir no câmbio'

A desvalorização do real “não preocupa” o governo brasileiro, que “nunca estabeleceu e nem vai estabelecer” um parâmetro de preço para o dólar. “O dólar é flutuante ele vai flutuar de acordo com o mercado”, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A moeda norte-americana abriu hoje ontem em alta. No início da tarde, o dólar ultrapassou a barreira dos R\$ 2,00.

Mantega preferiu olhar a valorização da moeda norte-americana pela ótica das exportações, lembrando os efeitos

benéficos da desvalorização cambial para a indústria do país. “O dólar alto beneficia a economia brasileira, porque dá mais competitividade para os produtos. Significa que a indústria brasileira pode competir melhor com os produtos importados, que ficam mais caros, e pode exportar mais barato, portanto, não preocupa.”

A alta do dólar é atribuída à crise econômica que atinge a zona do euro, em especial, à situação da Grécia. O país enfrenta uma grave crise fiscal,

aliada à instabilidade política. Desde as eleições parlamentares do início do mês, quando nenhum partido conseguiu maioria, o governo grego não consegue formar um governo. No domingo, o presidente da Grécia, Carolos Papoulias, e os líderes dos três principais partidos do país fracassaram em mais uma tentativa de montar um governo de coalizão. Diante da situação grega, analistas já cogitam a hipótese de a Grécia deixar o grupo de países que adotou o euro como moeda única.

Liderança

Mulheres conquistam mais espaços

Recente pesquisa divulgada apontou que 27% dos cargos de líderes são ocupados por mulheres no país

Por Olívia de Almeida

O Brasil aumentou o percentual de mulheres em cargo de liderança, segundo o IBR (International Business Report 2012). Os dados revelam que 27% dos cargos de liderança no país são ocupados por mulheres, uma elevação de 3 p.p em relação ao ano passado e superior aos 21% globalmente. "Manaus, também, acompanha a tendência brasileira de mudança no mercado de trabalho em função da inserção cada vez maior das mulheres", afirma o diretor executivo da Strategic Advanced Consultoria, Carlos Rosa.

Ele aponta como um dos principais motivos desse crescimento a composição do PIB (Produto Interno Bruto) do Amazonas que favorece a geração de empregos, principalmente, em função do grande número de empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus). "Outro fator é o aumento da escolaridade feminina", informa Rosa.

Nos últimos seis meses das vagas estratégicas, incluindo cargos de lideranças, que a

Strategic Advanced fechou para os seus clientes, 35% foram ocupadas por mulheres. Para Rosa, a liderança feminina ganha cada vez mais espaço nas organizações em função da habilidade natural da mulher de liderar, com sutileza e extrema capacidade de lidar com diferentes assuntos ao mesmo tempo. "O ambiente organizacional está cada vez mais complexo, exigindo dos líderes o domínio de múltiplas competências, e as mulheres já perceberam isso e estão se preparando cada vez mais para ocuparem esses espaços", disse o diretor executivo.

Quanto ao mercado atual, Rosa revela que as empresas estão cada vez mais pagando melhores salários as mulheres que ocupam bons cargos, por uma razão muito simples a relação custo x benefício, gera uma justiça remunerar melhor os seus talentos. "Os setores em que mulheres apresentam maior participação são Recursos Humanos (71%); Educação (59%); Administrativa (58%); Tecnologia e Industrial/Engenharia (17%)", avisa o executivo, sendo a maior parte em posto de coordenação (62%).

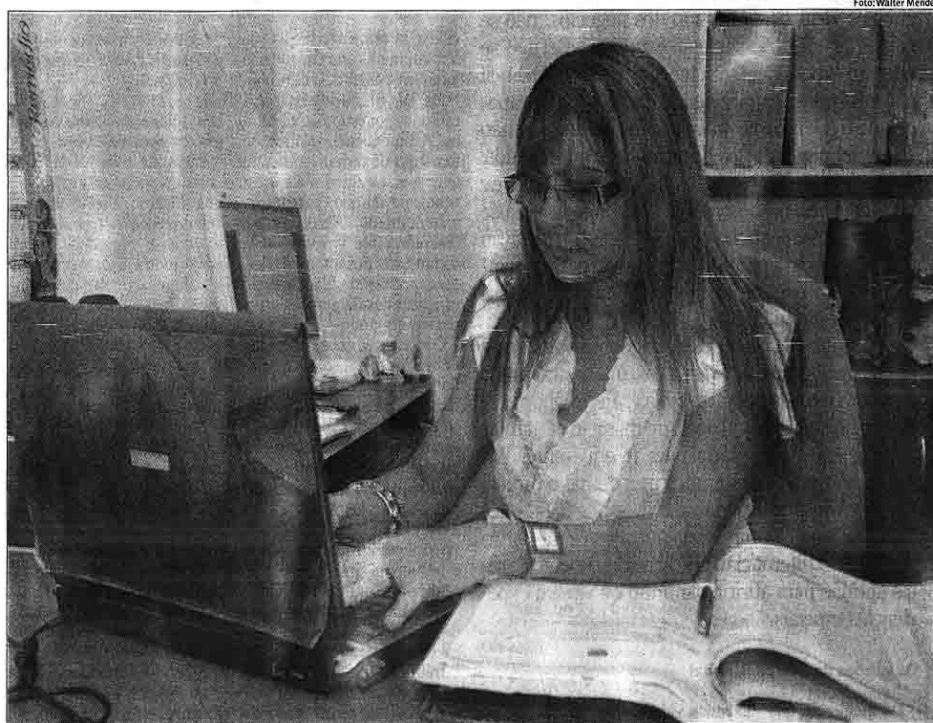


Foto: Walter Mendes

Para a engenheira civil, Socorro Lâmega, mercado exige mulher competitiva, proporcionando mais atenção na hora da especialização

Telefonia

Nokia busca aproveitar legado de patentes

Desesperada para obter dinheiro até que as vendas de seus novos produtos acelerem, a Nokia está buscando cada da vez mais por royalties junto a rivais que utilizam patentes da empresa como base para suas tecnologias.

A Nokia já fatura 500 milhões de euros (US\$ 647 milhões) anuais com royalties sobre suas patentes em áreas importantes da telefonia móvel, e alguns analistas afirmam que aplicar seus direitos de patente de maneira mais determinada poderia elevar o faturamento da companhia em mais centenas de milhões de euros ao ano. Alternativamente, vendê-las poderia propiciar bilhões de euros.

De qualquer forma, em um momento no qual o futuro da empresa está ameaçado pela queda das vendas e a perda de mercado, as patentes da Nokia emergiram como ativos mais valiosos e estáveis da companhia em crise. Explorá-las plenamente pode ser crucial para sua sobrevivência em longo prazo.

"É algo que eles deveriam fazer. A única questão é: Por que esperaram tanto?", disse Alexander Poltorak, presidente-executivo da consultoria de patentes General Patent.

A Nokia já alertou a novatos do setor de celulares com os quais não tem acordos de licenciamento, afirmando que

quer elevar sua receita com royalties. Na semana passada, abriu processos contra dois fabricantes de aparelhos equipados com o sistema Android, do Google.

Violações de patentes

A Nokia processou a HTC e a ViewSonic por violações de patentes de telefonia móvel e software, e é provável que outras usuárias do Android estejam entre os próximos alvos. Os analistas afirmam ser provável que ela aja em breve contra fabricantes chineses e indianos de celulares, e contra a Amazon.com, fabricante do Kindle.

"Os próximos alvos, em minha expectativa, devem ser a ZTE, Huawei e Micromax", disse o analista Tero Kuittinen, da consultoria finlandesa de telefonia móvel Alekstra.

A Nokia se recusou a comentar sobre outros possíveis alvos, mas o porta-voz Mark Durrant afirmou em e-mail que "ficou claro no press release da semana passada sobre os processos contra a HTC, RIM e Viewsonic que estamos tomando novas medidas, avançando além das patentes essenciais para outras patentes que não temos qualquer obrigação de licenciar".

ZTE, Huawei, Micromax e Amazon não estavam disponíveis para comentar.

Portas fechadas e demissões

Enchente do rio Negro levou a essa situação no comércio situado no entorno da feira Manaus Moderna, no Centro

CIMONE BARROS

cimone@acritica.com.br

Os comerciantes da área da Manaus Moderna, Centro, e que têm a população do interior do Estado como principal cliente amargam queda nas vendas de até 70%. Para muitos deles, a inadimplência praticamente dobrou nos últimos dois meses. Sem encontrar alternativas de curto prazo para reverterem a situação, os atacadistas deixaram de fazer novas compras, cortaram despesas e empregos.

De acordo com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), as vendas para o interior representam de 10% a 12% do volume comercializado pelo setor em Manaus. A expectativa dos lojistas é que as vendas se normalizem a partir de setembro. Ontem, faltavam cinco centímetros para o rio Negro atingir a marca de 2009.

Segundo a Defesa Civil, 45 dos 62 municípios do Amazonas estão em situação de emergência e a cheia já atingiu 71,3 mil famílias, sendo 10 mil em Manaus. Cerca de 130 toneladas de ajuda humanitária (alimentos, filtros microbiológicos, kit de higiene pessoal, medicamentos) já foram distribuídas, além de R\$ 13,2 milhões através do cartão solidário (R\$ 400 para cada uma das 33 mil famí-

Televendas

Boa parte da clientela do interior do Estado compra à vista (consumidor final) ou parcelado no boleto bancário (comerciante). Em seus municípios, eles contam com os representantes e com os números de televendas, mas os novos negócios tem se tornado mais escassos.

lias. O setor agropecuário contabiliza perdas de R\$ 34 milhões, limitando o poder de compra dos consumidores do interior.

Além disso, os comerciantes do entorno da Manaus Moderna sofrem com as águas do rio Negro que "invadem" ruas e lojas, deixam mau cheiro, dificultam a circulação de pessoas e veículos, diminuem os espaços para estacionamento, carga e descarga. "Ainda há a presença dos agentes de trânsito que em vez de orientar só sabem multar", reclamou um comerciante que preferiu não se identificar.

DEMISSÕES

Na J.V. Distribuidora, os consumidores do interior respondem por 90% das vendas. Nessa loja, a receita já caiu 70% e a inadimplência atingiu a taxa de 30%. A pro-



Águas do rio Negro engoliram a rua Barão de São Domingos, no Centro



Empresária Valda Maria disse que foi obrigada a demitir cinco funcionários

prietária disse que já demitiu cinco funcionários. "Estamos tendo muitos prejuízos, inclusive com perda de produtos que estão vencendo", disse Valda Maria de Sousa, proprietária da distribuidora.

Com queda de 30% nas vendas e a taxa de inadimplência alcançando o mesmo patamar, a distribuidora Londrina, na rua dos Barés, já demitiu 10 funcionários. O interior responde por 80% das vendas. "Não temos alternativas para vender mais, até porque o governo não compra da gente as cestas básicas doadas para o interior. Então, o que fazemos é reduzir as compras e os gastos", disse o proprietário da Distribuidora Lon-

drina, Ari Ângelo Gubert.

De acordo com o proprietário da loja de utilidades domésticas Popular Abelha, Nilton Sacramento, as vendas caíram 60% e a inadimplência que era próxima de zero saltou para 10%. Como resultado, houve corte de gastos, deu férias para quatro funcionários e reduziu em duas horas o horário de funcionamento do comércio na rua Barão de São Domingos. Para o interior, ele está vendendo basicamente isopor, prego e breu. "Como a água está parada, estou gastando com cal, creolina e carboreto para diminuir o fedor e matar as larvas".

* Ler mais sobre efeitos da enchente nas páginas C1 e C2

Blog

Francisco Camurça

GERENTE DA LOJA
TV DA AVENIDA

"Consumidores

do interior representam 90% da nossa clientela e essa cheia afetou muito as nossas vendas. O agricultor perdeu a plantação, o criador está com dificuldade de alimentar o gado e tudo isso mexe na renda deles e nas nossas, porque sem vender eles não compram e nós não vendemos. Tivemos uma queda de 50% nas nossas vendas, principalmente de móveis

e de produtos da linha branca. Os produtos de náutica, como rabeta 5,5 HP e motor 15 HP ainda estão saindo, embora também apresentem queda. Além disso, apesar de vendermos muito à vista tivemos um aumento da taxa de inadimplência de 3% a 4% para 4% a 5% ao mês, nas compras via boleto. Outra preocupação nossa é em relação ao nível da água que já atingiu o nosso depósito."

Portas fechadas e demissões (continuação)

Sem 'refresco' para lojistas de Manaus

Sefaz flexibilizou a data de recolhimento do ICMS para lojistas do interior. Na capital, nada mudou

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) prorrogou por dois meses, após a data do vencimento, os prazos para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos contribuintes localizados em municípios gravemente atingidos pela cheia dos

rios amazônicos e que estão em estado de calamidade pública declarado em decreto municipal. Para Manaus, no entanto, o entendimento do órgão é que os prejuízos ainda não justificam esse tipo de medida nem a possibilidade de isenção do ICMS.

"O governo está dando ajuda

humanitária no interior e na capital. Quanto a Manaus, não estamos estudando a isenção nem a prorrogação de tributos; não temos como fazer isso neste momento porque ainda não tem nada que justifique", explicou o secretário da Sefaz, Isper Abraham.

O decreto de nº 32.294, que prorroga o pagamento do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Interior, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 19 de abril. Conforme o documento, nos Municípios de Envira, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Carauari,



Enchente já "lamba" Relógio Municipal

Itamarati e Jurua foram postergados os prazos para pagamento desse imposto vencidos nos meses de abril e maio de 2012.

Nos Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Pauini, Canutama, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença, do mesmo modo, os prazos para pagamento do imposto vencidos nos meses de abril, maio e junho de 2012 também foram postergados, assim como acontecerá em Borba referente aos recolhimentos de ICMS vencidos em abril, maio, junho e julho de 2012.

Coordenadorias alinham ações da FIEAM e CIEAM

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) deu posse no dia 10 às Coordenadorias Operacionais, setor estratégico da Instituição que defende os interesses da indústria. Essa gestão, sob a minha liderança, de Ronaldo Mota e de Flávio Dutra, que vai até 2015, tem como diferencial a integração das entidades Fieam e Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam). São 10 coordenadorias adjuntas com propósitos alinhados, conjuntamente, com os das Comissões do Cieam para ampliar esforços que já vêm sendo integrados na defesa dos interesses das empresas instaladas em nosso Parque Industrial.

Nosso objetivo é transformar essa Coordenação em canal de lutas e conquistas coletivas, visando o crescimento do segmento industrial, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do nosso Amazonas. As atividades de algumas coordenadorias começaram em março e já renderam estudos sobre a demanda de interesses em sustentabilidade ambiental, recursos humanos e tributos. A ideia é tornar as reuniões das coordenadorias mais frequentes dentro das fábricas do Polo Industrial de Manaus, no Cieam e Fieam. Nas reuniões de Diretoria da Fieam, o empresariado terá

espaço reservado para relatar as ações das coordenadorias, para tornar transparente a gestão pautada pelos assuntos estratégicos e pontuais, como também contribuir para as diretorias de ambas as instituições, nas proposições de soluções às demandas da Indústria do Estado do Amazonas. Assim, as Coordenadorias Operacionais da Fieam buscam o adensamento da cadeia produtiva da indústria local, em qualidade e recursos tecnológicos, plena segurança do empresariado sob o regime do modelo Zona Franca de Manaus, no sentido de agregar valores aos produtos fabricados em nosso parque industrial, ampliar o mercado



de emprego e consolidar uma economia forte no Norte do Brasil. Roberto Rezende Campos, da Reck Aduaneira da Amazônia, está à frente da Coordenadoria de Comércio Exterior; Josué Castro Campos (Moto Honda da Amazônia), da Coordenadoria de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Iuquio Ashibe (Panasonic do Brasil), da Coordenadoria Nipo-Amazônica; Moisés Ferreira da Silva (Coimpa), da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Tributários; Armando Ennes do Valle Junior (Whirlpool Eletrodomésticos da Amazônia), da Coordenadoria de Política Econômica e

Desenvolvimento Industrial; Luís Felipe Pereira da Cunha (Nokia Tecnologia do Amazonas), da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Genoir Pierosan (Yamaha Motor da Amazônia), da Coordenadoria de Relações do Trabalho e Emprego; Augusto César Barreto Rocha (BDS Confeções), da Coordenadoria de Sistema de Transporte e Logística; Carlos Alberto Marques de Azevedo (Panificadora Emme), Coordenadoria de Responsabilidade Social; Ely Freitas Paixão e Silva (Amazon Motion do Brasil/Pelmex), Coordenadoria de Energia e Telecomunicações. Todos com o compromisso de fortalecer a indústria do Amazonas.

Carta condensa propostas de povos amazônicos

CAROLINA SILVA

carolinasilva@critica.com.br

Os nove Estados da Amazônia Legal estão identificando e reconhecendo os desafios da região para elaborar a "Carta da Amazônia para a Rio +20" com diretrizes e propostas para formar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para os povos amazônicos. O documento será apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, no próximo mês, na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas, a proposta está sendo preparada a partir de dois conceitos: "Bases para a sustentabilidade", abordando o que precisa acontecer para atingir o desenvolvimento sustentável como a regulari-

Busca rápida



Rio +20 acontece em junho, no Rio

A Conferência das Nações Unidas Rio +20 será realizada de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro com o objetivo de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

zação fundiária e ambiental, gestão de áreas protegidas, desmatamento e queimadas, por exemplo; e "Economia da Sustentabilidade e Inovação", abordando a definição de atividades econômicas, implementação e incorporação das questões ambientais e sociais nas tomadas de decisões como as relacionadas com a agricultura, pecuária e aquicultura.

Saiba mais

>>> Fórum

As discussões da Carta da Amazônia para a Rio +20 serão encerradas no período entre 30 de maio e 1º de junho, no "Encontro de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira para a Rio +20". O evento finaliza, ainda, com o Fórum dos Governadores da Amazônia Brasileira, no dia 1º de junho.

A titular da SDS do Amazonas, Nádia Ferreira, explica que a ideia é promover a participação dos Estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão) para "pensar estratégias de desenvolvimento sustentável a longo prazo". "A Carta da Amazônia chama a atenção para as peculiaridades típicas entre os Estados

Blog

Vicente Falcão Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso

"É importante que, pela primeira vez, os Estados da Amazônia Legal se reúnam para consultar sua população para que ela possa ajudar a dar na diretriz para o desenvolvimento sustentável. Nós estamos mostrando que na Amazônia não é só flo-

resta e que os povos amazônicos precisam das mesmas condições dos povos de países desenvolvidos. Nós estamos levando para essa discussão nacional que: se querem que nós mantenhamos a floresta é preciso o apoio necessário de acordo com as necessidades da nossa região.

Se faz necessário em meio a essas discussões que nós precisamos propiciar aos nossos povos boas condições de infraestrutura para que haja desenvolvimento com sustentabilidade. E é essa visão que queremos levar para a Conferência das Nações Unidas para mostrar ao mundo".

da Amazônia brasileira", disse.

"O mais importante é que esta Carta está sendo elaborada com a sociedade civil e ela irá acompanhar o cumprimento das diretrizes. Queremos mostrar que o desenvolvimento sustentável leva em conta outros fatores além do meio ambiente, como economia, por exemplo", salienta Nádia. O processo está sob a coordenação da SDS do

Amazonas em articulação com os representantes das secretarias de Meio Ambiente dos outros oito Estados da Amazônia Legal e dos grupos majoritários reconhecidos pela Organização das Nações Unidas atuantes em cada uma delas.

"Não queremos ser apenas espectadores de decisões fundamentais para a nossa sobrevivência. A Carta será a voz dos

amazônidas para o mundo", reforça a secretária da SDS. Outro destaque do documento é a discussão de "Economia Verde", que é conceituado como "um conjunto de instrumentos econômicos, financeiros e regulatórios para se atingir o desenvolvimento sustentável, e não uma fórmula única que possa ser aplicada mecanicamente a todos os casos".

Manaus, terça-feira, 15 de maio de 2012.

CAPA

Indústrias do PIM terão gás em julho

A utilização da fonte de energia, por três grandes empresas do Polo Industrial de Manaus e um posto de combustível, será possível após o fim da primeira etapa da construção dos ramais do gasoduto, segundo informações da Companhia de Gás do Amazonas (Cigás). **Economia B1**



Indústria contará com o gás a partir de julho

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Dentro de dois meses, três empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) e um posto de combustível poderão fazer uso do gás natural. A utilização da fonte de energia pelas empresas será possível após o fim da primeira etapa da construção dos ramais do gasoduto. Procoating, AmBev, Coca-Cola e Posto Equador serão os primeiros beneficiados, segundo informações da Companhia de Gás do Amazonas (Cigás).

De acordo com o diretor técnico da Cigás, Clóvis Corrêa, as obras, iniciadas no último dia 7 e conduzidas pela empreiteira vencedora da licitação — PCCM, estão adiantadas e o fornecimento do gás para o PIM só dependerá das adaptações que as empresas terão de realizar para fazer uso do gás. "Já concluímos os cem primeiros metros do gasoduto que atenderá a Procoating e, até o final desta semana, mais cem metros deverão ser finalizados", informou o executivo, ao destacar que as montagens dos dutos ocorrem na avenida do Turismo.

O executivo mencionou, ainda, que a Cigás possui, atualmente, três frentes de obra na capital amazonense para a construção dos ramais, número que será ampliado a partir da próxima semana. "Com a finalização dos primeiros metros dos ramais, teremos mais

três frentes na próxima semana. Nessa etapa, as obras serão voltadas para empresas como a AmBev e o Posto Equador, localizadas na estrada Torquato Tapajós, localizadas na avenida Constantino Nery e na avenida Torquato Tapajós, respectivamente", mencionou o dirigente.

Ainda sobre os dois ramais que levarão o gás às empresas, Corrêa destacou, ainda, que a segunda frente de atividades será instalada para complementar as obras que atenderão à Procoating, enquanto a terceira será destinada para o

PRAZO

Conforme cronograma apresentado pela Cigás, a construção de cinco quilômetros de gasoduto será concluída em 8 de agosto. Além das três frentes de obra, está prevista a instalação de outras seis

Posto Equador e a Coca-Cola. "A estimativa é que, até junho, essa etapa será encerrada e essas empresas já estejam aptas para receber o gás até julho", observou o diretor, ao pontuar que o ramal da Procoating terá 521,75 metros de dutos, enquanto o Posto Equador e a AmBev terão 516,26 metros e 107,86 metros de dutos, cada. Para atender a Coca-Cola, será construído um ramal de 107,86 metros.



Atualmente, três frentes de obra, conduzidas pela PCCM, estão a 'todo vapor' para levar o gás às indústrias e ao Posto Equador

Montagem de cinco quilômetros de gasoduto

Sobre as montagens dos dutos, a Cigás informou que a empreitada será desenvolvida nas proximidades de cada empresa contemplada com o projeto, que está orçado em R\$ 10 milhões e prevê a construção de cinco quilô-

metros de gasoduto. De acordo com o cronograma estabelecido pela concessionária, para a empreitada, que tem previsão de ser concluída até o dia 8 de agosto, serão instaladas mais seis frentes de obra na cidade além das

destinadas para atender a Procoating, Posto Equador, AmBev e Coca-Cola.

As próximas frentes ocorrerão para a construção de ramais na Neotec (2.504,05 metros), Carboman (294 metros), Videolar (69,80 metros)

e Heineken (175,12 metros). Também haverá obras para a instalação de uma válvula entre as avenidas Ayrão e Ferreira Pena, de 15,35 metros, e outra válvula na fabricante de eletroeletrônicos Philips (quatro metros).

Aporte de R\$ 1,6 milhões para incubadoras no AM

A ser lançado hoje, na 1ª Edição do Pró-Incubadoras, o edital prevê estímulo à criação e ao desenvolvimento de incubadoras na capital e interior do Estado

ALBERTO CÉSAR ARAÚJO

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

As instituições de pesquisa e ensino, no Amazonas, vão ter à disposição, a partir de hoje, um aporte de R\$ 1,6 milhão para o desenvolvimento de projetos de criação ou expansão de incubadoras. O recurso será oferecido pelo governo do Estado, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Os detalhes para a concessão do dinheiro serão conhecidos no lançamento do edital na 1ª Edição do Programa de Apoio às Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (Pró-Incubadoras), que acontece, hoje, no âmbito do 5º Fórum de Inovação do Amazonas, às 14h, no auditório da Faculdade Martha Falcão, bairro Adrianópolis, Zona Centro-Sul. "Queremos estimular o aparecimento de novas incubadoras e expandir as existentes", afirmou o titular da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti-AM), Odenildo Sena.

Ele salientou que o recurso será liberado, após a análise de um comitê responsável por avaliar as propostas, conforme a qualidade e pretensão de cada projeto. Os investimentos vão garantir apoio de custeio para ações voltadas ao fortalecimento das incubadoras.

A diretora-presidente da Fapeam, Maria Olívia Simão, enfatizou que o programa fortalecerá o movimento de incubadoras, preferencialmente de base tecnológica nos municípios amazonenses.



Incubadoras de institutos e centros de pesquisa incentivam a inovação e o empreendedorismo

Expectativa de novas unidades

Conforme a Secti-AM, atualmente, existem oito incubadoras no Amazonas, sendo sete na capital e uma no município de Autazes (a 113 quilômetros em linha reta de Manaus), que juntas abrigam em torno de 80 empresas. Com o lançamento do edital, a estimativa é que o número de incubadoras aumente em 50%. "A nossa expectativa é a de que apareçam, pelo menos, mais quatro novas

incubadoras", frisou o secretário Odenildo Sena.

Segundo a presidente da Rede Amazônica de Incubadoras (Rami) e coordenadora da Incubadora de Negócios da Faculdade Martha Falcão, Jane Moura, 90% das incubadoras estão ligadas às Instituições de Ensino Superior (IES).

A incubadora é um espaço físico que abriga empresas, que não recebem recursos

financeiros diretos, mas apoio técnico e econômico, funcionando como um habitat de inovação. As incubadoras possuem como principal público-alvo estudantes, cientistas, empreendedores e empresas com novos projetos baseados em iniciativas inovadoras.

Em todo o Brasil, há mais de 16 mil empresas que estão instaladas em 384 incubadoras, segundo levantamento

Aplicação da Lei de Acesso à Informação esbarra no despreparo de órgãos no AM

TEXTO Felipe Carvalho
FOTO Eraldo Lopes/17/03/08

MANAUS

A 24 horas do início da vigência da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que entra em vigor amanhã, representantes do governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado (ALE) e Prefeitura de Manaus titubeiam quanto às ações que serão tomadas para adequação à nova legislação. Mesmo após um prazo de 180 dias, os órgãos públicos locais deixaram para a última hora as decisões que devem dar mais transparência ao setor público. Entre os ouvidos pelo DIÁRIO, três afirmaram estar com tudo pronto, apenas aguardando o dia que a lei comece a vigorar, e quatro não deram resposta. A Universidade Federal do Amazonas (Ufam), diferentemente, já está com tudo em operação desde a última sexta-feira.

A Lei de Acesso à Informação traz regras e prazos para a concessão e acesso rápido a dados públicos para a população, estabelecendo multa e outras repressões a quem não atender ou bloquear o atendimento aos pedidos. Na ALE e no governo do Estado, há um impasse provocado pela falta de uma regulamentação própria para complementar a Lei de Acesso à Informação. Enquanto na esfera federal, a presidência procurou o Senado para estipular algumas regras, ALE e Casa Civil do Estado ficam em um jogo de empurra-empurra.

O procurador-geral da ALE, Vander Góes, disse aguardar, há mais de um mês, um posicionamento oficial da Casa Civil sobre como serão realizados os atendimentos. "Isso ficou sem resposta. Mas eu sei que vamos ter que implementar de qualquer jeito, independente da regulamentação do Executivo", comentou. Ao ser questionado sobre a estrutura física disponibilizada pela ALE, Góes disse esperar o diretor-geral da



INDEFINIÇÃO
Governo e ALE vivem impasse sobre regulamentação da lei no Estado

A Assembleia Legislativa do Estado aguarda as solicitações de informações

Casa, Wander Motta, que retorna hoje de viagem.

De acordo com o chefe da Casa Civil, Raul Zaidan, o impasse deveria ser resolvido em uma reunião ontem entre Legislativo, Executivo e Judiciário. "Existem peculiaridades na estrutura do governo que serão discutidas nessa reunião", disse, negando ver problema na demora da realização do encontro. Ele se mostrou confiante de que não terá dificuldades com a legislação.

Na Prefeitura de Manaus, conforme o secretário municipal de Administração, José Assunção, já há a decisão de que o atendimento às solicitações de informação será feito de forma descentralizada, em cada pasta, e pelo portal institucional na internet. "Na terça-feira (hoje), nós vamos ter uma reunião com todos os secretários para explicar como deve ser", afirmou. A reunião citada por

Aplicação da Lei de Acesso à Informação esbarra no despreparo de órgãos no AM (continuação)



Estado ainda não definiu como será o atendimento

O QUE DIZ A LEI

- 1 Órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos** que recebem verba pública devem dispor de um espaço físico exclusivo, com servidores preparados, para o atendimento e recebimento de solicitações do cidadão.
- 2 Os pedidos de informações devem ser respondidos** em um prazo de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais dez.
- 3 As solicitações não precisam ser justificadas.** De posse da informação, que é pública, é direito do interessado decidir o uso que fará dela.
- 4 É dever dos órgãos colocar todos os editais e contratos públicos** na internet, em um local de fácil acesso e localização.

Assunção estava marcada para a última sexta-feira, sendo adiada duas vezes.

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público do Estado (MP-AM) informaram já estarem com as plataformas online e estruturas físicas prontas, esperando o dia 16 para o funcionamento. Entre as ações já adotadas pela Ufam desde a última sexta, está a disponibilidade de um balcão de informações no hall do Centro Administrativo.

Sem resposta

Por três dias o DIÁRIO procurou ouvir a Câmara Municipal de Manaus (CMM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Fundação de Apoio Institucional Muraki e a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (Unisol) para falar do tema, mas não obteve resposta.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Instituições federais também não estão prontas

Dificuldades para atender a Lei de Acesso à Informação não são exclusividade dos órgãos do governo do Estado e da Prefeitura de Manaus. De 52 órgãos do Executivo, Judiciário e Legislativo, bancos e empresas públicas consultados pelo jornal Folha de S. Paulo, na semana passada, apenas 12 (ou 23% do total) declararam que seus Sistemas de Informação ao Cidadão (SICs) já estavam abertos e em funcionamento. Conforme a reportagem, quatro deles são setores que já existem há anos, como a Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Central do Cidadão do Supremo Tribunal Federal, agora com novas funções. Os outros 37 órgãos ouvidos pela Folha, incluindo a Presidência da

República, prometeram colocar em atividade seu SIC no dia em que a lei entrar em vigor. A Câmara dos Deputados e o Senado também prometem abrir as salas amanhã. "O governo está fazendo o possível para regulamentar essa matéria, já que foi um gesto até do próprio governo", disse o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), ontem. O governo federal anuncia ainda que vai inaugurar um sistema informatizado, batizado de e-SIC, que permitirá ao cidadão, pela internet, protocolar e acompanhar os pedidos e receber as respostas e os alertas sobre os prazos dos recursos dos pedidos indeferidos. O sistema deverá entrar no ar no dia 16, no site da Controladoria Geral da União (CGU).

CAPA

Competitividade do PIM é analisada

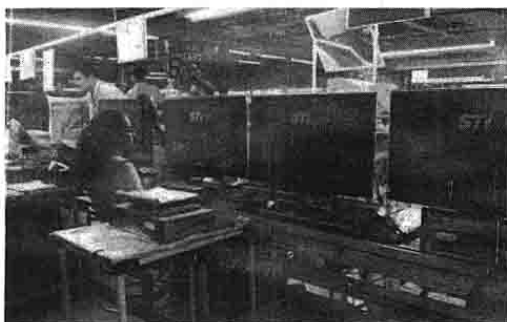
Resultado orientará governo sobre
produtos locais

Governo estuda competitividade do PIM

Projeto apontará nível de empresas que usufruem de incentivos estaduais. Resultado orientará Governo

O nível de competitividade das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) será apurado por um estudo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Seplan). A ideia é reavaliar a competitividade das empresas que usufruem de incentivos fiscais estaduais. O governo quer saber se há necessidade de ajustes no sistema de incentivos com vistas à manutenção da competitividade da indústria local.

A resolução abrange produtos com 100% de crédito-estímulo, tais como embarcações e balsas, telefone celular, bens de informática e automação, vestuário, veículos utilitários e bicicleta. A lista contempla ainda DVD Player, motor de popa, câmera de circuito fechado e aparelhos de ginástica.



Crédito-estímulo

A Resolução atende os termos constitucionais art. 153 §§ 1º e 2º e com o permissivo da lei 2826/2003, a qual permite a revisão da elevação do nível de crédito-estímulo em caráter excepcional e temporário, em face da comprovada perda de competitividade das mercadorias aqui produzidas.

Além de informações sobre

custos, mão-de-obra, despesas, investimentos, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, as empresas devem apresentar um estudo fundamentado acerca da perda de competitividade que justifique a manutenção do nível de 100% de crédito-estímulo, indicando qual legislação mais favorável a produção do bem em outros Estados.

Produtos locais

A Resolução atende os termos constitucionais art. 153 §§ 1º e 2º e com o permissivo da lei 2826/2003, a qual permite a revisão da elevação do nível de crédito-estímulo em caráter excepcional e temporário, em face da comprovada perda de competitividade das mercadorias aqui produzidas.

Além de informações sobre

custos, mão-de-obra, despesas, investimentos, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, as empresas devem apresentar um estudo fundamentado acerca da perda de competitividade que justifique a manutenção do nível de 100% de crédito-estímulo, indicando qual legislação mais favorável a produção do bem em outros Estados.

